

RESENHA: TAMÁS DEMETER. “DAVID HUME AND THE CULTURE OF SCOTTISH NEWTONIANISM. METHODOLOGY AND IDEOLOGY” IN *ENLIGHTENMENT ENQUIRY*, LEIDEN: BRILL, 2016.

Pedro Paulo Pimenta

Universidade de São Paulo
pedronamba@gmail.com

Como tantas vezes ocorre com publicações acadêmicas, o título do livro de Tamás Demeter não faz jus ao conteúdo. Mais apropriado talvez fosse chamá-lo “limites do mecanismo na filosofia de Hume”, pois é disso mesmo que se trata: examinar até que ponto cabe a ideia, amplamente difundida entre os intérpretes, de que Hume, inspirado na física de Newton, espousa uma teoria mecanicista da percepção e da associação de ideias; e, uma vez feito isso, determinar o impacto dessa revisão para uma compreensão do pensamento moral do autor do Tratado. Projeto ambicioso, executado com brio.

Demeter parte da tese de que, para compreender a tão propalada absorção dos princípios experimentais de Newton desde o Tratado até as duas investigações, é necessário pôr de lado os Principia – contrariando, portanto, indicações do próprio Hume – e abrir a Ótica, onde o grande matemático inglês substitui a teoria corpuscular dos fenômenos por uma concepção em que sua compreensão quantitativa acomoda considerações de ordem qualitativa. Isso implica, segundo Demeter, introduzir em filosofia a noção de “forças ativas internas”, da qual a fisiologia do século XVIII tira proveito, formulando uma concepção vitalista dos seres organizados. O porta-voz desse vitalismo, no livro de Demeter, é o grande médico escocês William Cullen, que, além de ter sido discípulo e crítico de outro grande fisiologista, Robert Whytt, seu compatriota, foi amigo e interlocutor de Hume, Robertson e Smith – o que o coloca, em outros termos, no centro da renovação intelectual conhecida depois pela alcunha de Scottish Enlightenment.

Na teoria de Cullen, à qual Demeter volta e meia retorna, sem, no entanto, expô-la de maneira mais exaustiva, o corpuscularismo é cautelosamente restringido por um conjunto de leis químicas, próprias à animação dos seres vivos, que, se não se opõem à mecânica geral, distinguem-se suficientemente dela para que se introduza uma fissura na concepção da natureza como um perfeito sistema mecânico. Partindo de um criterioso mapeamento do que ele chama de “newtonianismo escocês”, Demeter situa Hume e Cullen nesse quadro e parte daí para uma leitura, bastante ousada, na qual o

mecanicismo geralmente associado à teoria de Hume é limitado por um vitalismo de fundo, que o filósofo escocês não chegaria a assumir, mas cujas marcas estariam por toda a sua teoria. Demeter indica que essa leitura tem precedentes em artigos recentemente publicados por Andrew Cunningham e por Catherine Wilson; nenhum deles, porém, chega a ponto de reinterpretar o *locus* clássico da filosofia humiana – a teoria da percepção e das ideias – à luz da fisiologia e da química escocesas do século XVIII.

Essa ousadia traz em seu bojo numerosas virtudes, e a principal delas, no meu entender, consiste em desbravar, com engenho e erudição, uma via de estudo da obra de Hume ainda pouco explorada – as suas relações com as ditas “ciências da vida” no século XVIII – conduzindo-nos a uma série de conclusões inusitadas, muitas das quais me parecem pertinentes. Por si só, essa virtude justifica a leitura do livro. O que não torna suas demonstrações mais convincentes. Que se tome, por exemplo, a noção de que o modelo da teoria da percepção humiana é químico, não mecanicista. Para sustentar essa ideia, Demeter introduz distinções qualitativas nos princípios de associação de ideias, e parece fazer pouco caso do fato de que a única declaração expressa de Hume acerca da química, na *Dissertação sobre as paixões*, sugere fortemente a redução dessa ciência aos princípios da ciência newtoniana do movimento.

A ocorrência de problemas não surpreende em um livro original, mas fica também a impressão, produzida desde as primeiras páginas, de que Demeter carece de certas referências conceituais cujo exame o levaria a ser mais cauteloso em suas análises. Essa carência se explica, em boa medida, pelo foco restrito da análise e pela seleção algo paroquial das fontes. Com tudo o que tem de salutar, a recuperação do Iluminismo escocês empreendida nos últimos 20 anos não raro confunde a importância dessa tradição intelectual com uma suposta independência em relação a suas fontes e interlocutores, num caso como em outro oriundas, em grande parte, da França (e não tanto da Inglaterra). Não é segredo que a crítica de Hume a Locke passa pela retomada de numerosos tópicos da tradição cartesiana, na qual o filósofo inglês, em certa medida, pode, inclusive, ser situado; e seria ridículo fechar os olhos para as presenças de Montesquieu e de Rousseau em quase tudo o que os escoceses escreveram. É essa atenção à “filosofia continental” (quem ousaria, no século dezoito, utilizar esse termo tingido de provincianismo?) que dá aos escoceses um ponto de vista propriamente cosmopolita – como logo perceberão, de resto, seus leitores alemães. O mesmo vale para a fisiologia. Graças a Whytt e a Cullen, Edimburgo situou-se, na segunda metade

do século, no centro dos debates médico-fisiológicos da Ilustração. Mas as discussões teóricas e experimentais realizadas pelos escoceses são simplesmente ininteligíveis, ou pior, correm o risco de passar por intuições geniais sem precedentes, quando não é dada a devida atenção a Haller, que é a figura central da fisiologia europeia da época, mas também a Leibniz e a Descartes, dos quais depende muito do que a ciência médica concebeu, a título de sistema e conceito, no Século das Luzes – sem exceção de Whytt e Cullen. Longe de ser uma ciência unificada, a fisiologia da Ilustração, animada pelo influxo do newtonianismo, é um saber filosófico-experimental em aberto, às voltas com a velha oposição entre corpo e alma, substância extensa e substância espiritual, matéria e pensamento. O vitalismo é herdeiro dessa oposição. Mas Demeter parece ignorá-la por completo. Mais grave, persiste na fisiologia uma teleologia, mesmo em Cullen, que se empenha em mitigá-la: os seres vivos, no século dezoito, são quase inconcebíveis sem a ideia de causas finais (como, aliás, irá notar Kant). Esses problemas e outros, correlatos, são discutidos em uma tradição de estudos eminentemente francesa (Georges Canguilhem, François Duchesneau), que o livro de Demeter ignora. Não haveria problema em fazê-lo, desde que constasse de sua discussão um único livro, o de Didier Deleule (*Hume et la naissance du libéralisme économique*, 1979), no qual é exposta, ao que eu saiba pela primeira vez, o que se poderia chamar de concepção organicista dos seres vivos em Hume, uma teoria importante, na qual a vida desponta como efeito da agregação da matéria regida por forças mecânicas – o que é bem diferente de algo como um vitalismo, que pressupõe uma força interna de articulação imanente da matéria. Não por acaso, é de vitalismo que se trata em Thomas Reid, o primeiro e melhor crítico de Hume, quando ele ataca as páginas do Tratado dedicadas à ideia de identidade. E é também o vitalismo, como mostrou Duncan Forbes, que faz figura na teoria social de Adam Ferguson, que resolutamente se opõe aos *Ensaio*s e à *História* de Hume.

Portanto, contrariamente ao que pretende Demeter, a separação entre ciência da natureza humana e filosofia natural não significa, para Hume, uma abertura a um vitalismo implícito, mas, isto sim, a melhor estratégia que o filósofo moral newtoniano tem à mão para não se comprometer, no estudo do homem, com as causas finais tão caras aos fisiologistas e anatomistas. O paradoxo proposto por Hume é mais interessante do que uma simples oposição: conceber o organismo como consequência provisória do mecanismo, e, uma vez feito isso, estudá-lo como se fosse uma unidade à parte, ficção digna de uma consideração especial. Com as devidas medidas, caberá falar em uma convergência entre a concepção humiana dos seres vivos e, por exemplo, o vitalismo

materialista da Enciclopédia. Mas mesmo essa afinidade tem um limite, dado pelo ceticismo, que, nesse caso como em outros, é, para Hume, a rubrica filosófica da prudência e do resguardo, em matéria de especulação – virtudes que poucos souberam cultivar com a mesma elegância que ele. Mais do que como “um companheiro de viagem” de Diderot, parece-me que Hume se presta a ser lido, sobretudo, como o mestre ou guia de Adam Smith, que irá transpor o seu organicismo para o âmbito de uma nova ciência, a economia política. Esse, porém, é outro problema, que escapa ao foco de *David Hume and the culture of Scottish Newtonianism*. No quadro das considerações de Demeter, seria preciso investigar em que medida as restrições de Hume à fisiologia e à anatomia de seu tempo, tácitas, mas nem por isso menos presentes em seus escritos, teriam contribuído a uma reforma dessa ciência – talvez mesmo no âmbito da fisiologia concebida por William Cullen. Então os sinais seriam invertidos: o novo vitalismo é que seria tributário de Hume, não o contrário.